



Representantes de comissões organizadoras de 16 estados e da nacional estiveram reunidos, no dia 14, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) para avaliação dos desdobramentos da 1ª CNSA.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA) propôs uma série de ações e diretrizes que apontaram para a necessidade de uma maior articulação com as áreas de saúde, de meio ambiente e da infraestrutura para resultar num efetivo processo de construção de políticas públicas na área de saúde ambiental. Para avaliar os desdobramentos da CNSA, Segundo o diretor Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Guilherme Franco Netto, presente na mesa de abertura, a avaliação dá continuidade ao processo de realização da Conferência e de implementação das resoluções da CNSA.

Durante a avaliação, foi possível constatar que os estados têm consolidado ações na área de saúde ambiental. O Rio de Janeiro foi um dos estados que destacaram avanços. Um deles é a criação do Conselho Estadual de Cidades. “Há anos o projeto estava parado. Considero que a criação do Conselho é fruto da CNSA.”, afirma Luiz Tenório, da Comissão Organizadora Estadual do Rio de Janeiro (COE/RJ).

De acordo com Salzano Barreto, da COE Rio Grande do Sul, para acompanhar a implementação das deliberações, foi estruturado um Grupo de Trabalho de Saúde Ambiental, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado. “A Conferência auxiliou essa criação. A Saúde Ambiental é a Vigilância do Futuro – pois prevê e previne os riscos e doenças e define as vulnerabilidades”. De acordo com Márcia Fernandes, da COE de São Paulo, no estado também foi criado um GT para o acompanhamento das resoluções da CNSA.

A fim de contribuir para o fortalecimento da participação da sociedade no processo de elaboração da política nacional de saúde ambiental e ainda garantir a continuidade dos desdobramentos da CNSA, a Comissão Organizadora Nacional da CNSA propõe a criação de um Fórum Brasileiro de Saúde Ambiental.

Geraldo Abreu, do Ministério do Meio Ambiente, avalia que o Fórum poderá ainda indicar a realização de novas conferencias mantendo vivo o ambiente de mobilização da sociedade.

Do ponto de vista de Wagner Fajardo, da Comissão Organizadora Nacional, a Conferência permitiu a integração de setores importantes e que não dialogavam entre si. “O Fórum tem que existir e deve ser levado em consideração que cada estado tem suas peculiaridades. A discussão tem que ser ampliada. Os setores não podem continuar isolados,” defende.

Outro ponto destacado por Fajado diz respeito à integração dos três ministérios (Saúde, Meio Ambiente e Cidades) na coordenação da CNSA. “Mas falta ainda a integração de outros ministérios”.

Presente no evento, o vice-presidente da Fiocruz, Valcler Rangel, afirmou que existe a perspectiva de que as resoluções da CNSA façam parte do escopo do trabalho da Fiocruz. “Queremos a efetiva junção das questões ambientais e de saúde”, revela Rangel.

Essa foi a primeira avaliação da CNSA com os representantes dos estados, após a plenária nacional. A Comissão Organizadora Nacional desenvolverá uma chamada para que os estados e o Distrito Federal faça suas avaliações sobre a CNSA.

Além dos participantes citados, também participaram da avaliação técnicos das seguintes instituições: Ministério do Trabalho e Emprego; UERJ, OPAS/OMS e o ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Anexos:

[Relatório Final da 1ª CNSA](#)

[Resumo Executivo da 1ª CNSA](#)